autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DE 16 / 08 / 2018
Pág. 65 Col. 3ª 1ª
Conferido
Ana Lúcia de O. Sousa
RF. 100.823 - SGP-12

À Comissão de EDUC
Em 17/08/18
Vera Nice Rodrigues Ribeiro
RF. 101.123

RECEBIDO
Comissão de Educação, Cultura e Esportes
Em 21/8/18 às
RF 1327

Ao Vereador / À Vereadora
Vespoli
Para relatar.
Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes
Em 6 / 9 / 18

Obs. O prazo será o estabelecido é de 8 dias, nos termos do § 3º artigo 48 do RI

Segue juntado 1, nesta data, documento(s) e papel de informação rubricado sob folha(s) nº 17 - 19. Em 8 / 11 / 18.
Rafael Robles Godoi
RF 11.327-SGP-12

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

Folha nº 17 do Proc.
Nº 413 de 2017
Rafael Robles Godoi
RF 11.327-SGP-12

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PARECER Nº 1726/2018 DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 413/2017

O presente projeto de lei, de autoria do nobre vereador Reis, dispõe sobre a obrigatoriedade de ações socioeducativas nas escolas da rede pública municipal de ensino no Município de São Paulo, visando afirmar a importância da garantia da igualdade de oportunidades, no trabalho e na sociedade, para as mulheres.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela **legalidade com substitutivo** a fim de adequar a redação do projeto à técnica legislativa prevista na Lei Complementar Federal nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, bem como ao princípio da harmonia e independência entre os Poderes.

A Comissão de Administração Pública manifestou parecer **favorável.**

O presente projeto incentiva a realização de ações socioeducativas nas escolas municipais para afirmar a garantia de igualdade de oportunidades na sociedade para as mulheres. Segundo o autor, essas ações têm o objetivo de difundir esse debate entre as crianças, os adolescentes e os profissionais das escolas, sendo um contraponto para combater a violência contra a mulher, o preconceito e a cultura de opressão.

A escola é um dos espaços de formação e desenvolvimento de relações pessoais que tem um papel importante no incentivo de uma cultura dos direitos humanos que possa contribuir para a construção da cidadania, do respeito à pluralidade e da diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas.

Face ao exposto, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no que concerne à sua competência técnica, entende que a propositura é meritória e deve prosperar, no entanto, propõe substitutivo para garantir a independência entre os Poderes e autorizar o Executivo a executar campanhas nas escolas municipais. Portanto, **o parecer é favorável**, com apresentação de substitutivo abaixo:

REL 1792/2018

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Folha nº 18 do Proc.
Nº 413 de 20 17
Rafael Robles Godoi
RF 11.327-SGP-12

PL Nº 413/2017

SUBSTITUTIVO Nº DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES AO PROJETO DE LEI Nº 0413/17.

Institui campanha de conscientização nas escolas da rede pública municipal de ensino, visando afirmar a importância da garantia de igualdade de oportunidades, no trabalho e na sociedade, para as mulheres.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Esta lei autoriza a realização de campanhas nas escolas da rede pública municipal para a conscientização sobre a importância da garantia de igualdade de oportunidades, no trabalho e na sociedade para as mulheres.

Art. 2º No desenvolvimento da campanha instituída por esta lei deverá ocorrer a sensibilização das crianças e dos adolescentes sobre as desigualdades de gênero, promovendo o combate à discriminação contra a mulher, através da leitura de textos, informativos, cartazes, peças teatrais, palestras, dinâmicas e outros métodos pedagógicos que sejam considerados convenientes a critério dos órgãos competentes.

Art. 3º A campanha instituída por esta lei tem como objetivos:
I - estimular:
a) que as crianças e adolescentes do Município de São Paulo reflitam acerca da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
b) que alunas e alunos realizem pesquisas e escrevam textos, redações, e outras motivações que sejam consideradas convenientes a critério dos órgãos competentes, sobre a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres;
c) que professoras, professores e profissionais da rede municipal pública de ensino de São Paulo desenvolvam atividades com foco na formulação do senso crítico, visando à erradicação de toda e qualquer discriminação praticada contra a mulher.

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Folha nº 19 do Proc.
Nº 413 de 2017
Rafael Robles Godoi
RF 11.327-SGP-1/2

PL Nº 413/2017

II - informar toda a comunidade, para que a sociedade paulistana desenvolva criticidade diante das desigualdades de direitos e oportunidades, e que seja ciente de seu papel transformador na busca por uma sociedade mais justa e igualitária;

III - sensibilizar os cidadãos sobre a importância do papel de todos na busca por igualdade entre homens e mulheres, por meio de atividades que superem e desconstruam discursos e práticas da cultura machista, que levam à violência contra a mulher;

IV - informar toda a comunidade por meio de diversos veículos de comunicação sobre a Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/06, a qual estipula as formas de violência contra a mulher e mecanismos de enfrentamento a essas violências.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em 7/11/2013

ELISEU GABRIEL
Presidente

ARSELINO TATTO

EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

TONINHO VESPOLI
Relator

CLAUDINHO DE SOUZA

JANAÍNA LIMA

ZÉ TURIN

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DE 9 / 11 / 18
Pág. 103 Col. 1
Conferido
Rafael Gobles Godoi
RF 11.327

A Comissão de SAÚDE
Em 9/11 às
Rafael Robles Godoi
RF 11.327-SGP-12

RECEBIDO
Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher
Em 09/11/2018 às 14:54
Caio C. Maia de Oliveira
Técnico Administrativo
RF 11.276

Ao Vereador / A Vereadora
Juliana Cardoso
Para relatar.
Sala da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher
Em 14 / 11 / 2018
Presidente
Gilberto Natalini
Vereador - CMSP
Obs. O prazo para manifestação é de 8 dias, nos termos do § 3° artigo 83 do RI.

Segue(m) juntado(s) documento(s) rubricado(s) sob nº 20-24 e folha(s) para informação sob nº
Em 21/11/18
Camila B. [illegible] Visser
RF [illegible]

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: EDIR SALES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 17 DE ABRIL DE 2019
PAUTA: Projetos de Lei – PL nº 252/2017; PL nº 324/2017; PL nº 413/2017; PL nº 429/2017; PL nº 502/2017; PL nº 726/2017; PL nº 51/2018; PL nº 176/2018; PL nº 598/2017.

OBSERVAÇÕES:
- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Abertos os trabalhos. Cumprimento e parabenizo todos pela luta, insistentemente vocês estão aqui presentes. Muito obrigada pela presença de todos.
Estamos iniciando agora a 4ª audiência pública da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. Presentes por enquanto esta Presidente, Vereadora Edir Sales, e o Vereador Gilberto Natalini.
Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro aberta a 4ª audiência pública, de 2019, convocada para hoje, 17 de abril de 2019.
Informo que esta audiência pública é transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, link auditórios online.
A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral, no portal da Câmara Municipal de São Paulo, link atividade legislativa, audiências públicas, registro escrito.
As pessoas que quiserem fazer uso da palavra deverão se inscrever perante a secretaria da Comissão. Já nominamos os oradores que falarão hoje, representando o Sindsep, o Sergio; representando os funcionários, o Carlos e representando o Hospital São Luiz Gonzaga, o Lúcio.
Esta audiência pública é para discutir projetos de Vereadores, porém como os senhores estão aqui vamos ouvi-los com o maior respeito.
Foram convidados a participar representantes do Poder Público e da sociedade civil, da Secretaria Municipal da Saúde; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; Centro de Apoio Operacional de Infância, Juventude e Idoso; Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente; Fórum Municipal da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; conselhos tutelares da cidade de São Paulo e convite ao público em geral foi veiculado nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, nesta data. Foi também veiculado no *Diário Oficial do Município*, diariamente, desde o dia 12 de abril, de 2019.
Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Gilberto Natalini.
O SR. GILBERTO NATALINI – Sra. Presidente, aqui estão nove projetos para a audiência pública. E a audiência pública não precisa de quórum de Vereadores, basta que a Presidente esteja para ouvir os comentários sobre os projetos.
Mas antes de entrar na pauta gostaria de conversar com a senhora. Hoje conversamos, ontem também, sobre a questão do SAMU, que está se arrastando por dias. E V.Exa. me disse que conversou com o Secretário, que está de licença saúde, foi operado, mas comprometeu-se com V.Exa. de estar aqui numa audiência pública, numa data determinada, se não me engano dia 08 de maio, para atender aquele convite que a Comissão fez.
Em segundo lugar, também V.Exa. e a Comissão terão proximamente, até segunda-feira, em data e hora a marcar, uma reunião com os Vereadores e a direção da Secretaria Municipal de Saúde, provavelmente o Secretário Adjunto, Chefe de Gabinete e outras pessoas também, com a pauta que vamos levar, os nossos questionamentos, as dúvidas e críticas. E também pauta exclusiva para tratar do SAMU. É uma segunda questão encaminhada e será bom para nós - os sete Vereadores -, junto com a Secretaria, levarmos o que já temos levantado sobre os problemas que estão ocorrendo com essa mudança administrativa que fizeram.
Terceiro ponto, Vereador Celso Giannazi, que está aqui, tínhamos amanhã uma visita marcada que estamos fazendo praticamente toda semana ao Hospital São Luiz Gonzaga. Uma vistoria da Comissão de Saúde no Hospital São Luiz Gonzaga, está marcada para amanhã, no horário determinado. E conversando sugerimos a V.Exa., que aceitou imediatamente, que seja transferida essa visita e a Comissão de Saúde vá visitar de surpresa, sem anúncio prévio uma ou se possível, se der tempo, duas bases do SAMU, das que temos notícia de que estão em condições ruins de funcionamento.
Então acho importante que a Comissão toda vá, como já tínhamos marcado o Hospital São Luiz Gonzaga, deixamos de ir lá e depois V.Exa. vê o local. Já demos algumas sugestões de coisas que sabemos, outros Vereadores também podem sugerir. E vamos de surpresa, sem avisar para não haver preparo. Só os Vereadores saberão e vamos lá *in loco* para ver as condições de trabalho, de funcionamento de uma ou, se possível, duas bases do SAMU da cidade de São Paulo.
Está combinado isso. V.Exa. aceitou as sugestões.
A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Está combinado. Superimportante.
O SR. GILBERTO NATALINI – Ajudou a articular. São três encaminhamentos sobre o tema que acho fundamentais que a Comissão de Saúde vá fazer.
Era o que queria conversar com a senhora e o Vereador Celso, para começar está bom.
A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Acho importante. Estamos realmente muito preocupados, os sete Vereadores que fazem parte da Comissão estão muito preocupados em fazer o possível para dirimir esse grande problema que está acontecendo na cidade de São Paulo.
Convido para tomar assento à Mesa a Sra. Sabrina Carvalho, membro da Mesa Diretora do CMDCA.
Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Celso Giannazi.
O SR. CELSO GIANNAZI – Boa tarde a todos, Presidente, Vereador Natalini, todos que nos assistem. O Vereador Natalini acabou de se expressar nessa agenda e gostaria que as pessoas que estão aqui presentes, muitas delas estavam quando nós fizemos os requerimentos e não ficou claro nem para nós da Mesa e muito menos para essa população que está aqui nos assistindo agora. Como fizemos o requerimento de convite ao Sr. Secretário e convocação do Sr. Takano, para que apresentasse esse reestruturação, na verdade esse desmonte do SAMU.
Não ficou claro e venho fazer um apelo porque o que entendi é que estamos jogando isso para o meio de maio.
A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – 08 de maio.
O SR. CELSO GIANNAZI – 08 de maio. É inadmissível, Sra. Presidente, porque o SAMU está num movimento de paralisação e é urgente que se ouça o Secretário, o Sr. Takano, que nos apresente aqui esse projeto estratégico, essa falsa reestruturação e remodelação do SAMU.
Ontem estive no Hospital do Servidor Público e tive a oportunidade de falar com o novo Superintendente, Sr. José Marco, e perguntei se conhecia o SAMU, dentro do Hospital do Servidor Público. Ele acabou de chegar, não conhecia, então o levei dentro da Base do SAMU mostrando o que acontece com a Base do SAMU dentro de um hospital público. Ele foi e saímos da

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

Base do SAMU, uma salinha pequena de dois por dois, somente com uma pia. E saímos pelo Pronto-Socorro e mostrei o caminho que um trabalhador do SAMU faz para se trocar quando vem de um atendimento, com sangue ou contaminado, e tem de ir lá embaixo, no banheiro e ele não tinha conhecimento disso.
O Secretário de Saúde já tem conhecimento disso. Falamos com ele, que é inadmissível essa situação continuar. Falo do Hospital do Servidor Público, mas várias outras bases que visitamos estão na mesma situação ou até pior.
Então, Sra. Presidente, faço um apelo para que se marque para a semana que vem.
- Manifestação fora do microfone.
O SR. CELSO GIANNAZI – Mas o Sr. Takano foi convocado e o Secretário foi convidado, então podemos fazer em duas etapas, porque é urgente que se discuta. Temos aqui um pedido do Bilhete Único para a semana que vem, dia 24, podemos trocar. Faço um requerimento solicitando essa troca para ouvir e discutir isso com a máxima brevidade. Não é possível postergar todo esse tempo e a população sendo penalizada.
O SR. GILBERTO NATALINI – Sra. Presidente, nós temos a visita amanhã. V.Exa. vai determinar onde vamos, de acordo com a necessidade mais premente. Temos a reunião com a cúpula da Secretaria e os Vereadores para tratar desse assunto.
Quanto à questão da audiência, se V.Exa. achar por bem, na semana que vem, vir só o Chefe do SAMU, aí o Secretário não virá, não está aí. Mas se V.Exa. achar que o Chefe do SAMU é suficiente, nós podemos eventualmente deixar para a semana que vem, o Dr. Takano vem aqui na audiência e conversamos com ele.
A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Deixe-me explicar, ontem estava conversando com a Helen, o Sergio e o Carlos. Parece que há um consenso de que o Diretor do SAMU venha junto, no mesmo dia que o Secretário Edson Aparecido. Se houver esse consenso marcamos então no dia 08, como o Secretário está de licença médica. Então os senhores é que decidem.
- Manifestação fora do microfone.
A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Acho que tem de ser o Sr. Takano e o Secretário porque houve um consenso. Ontem eu estava conversando com representantes, o Carlos, Sergio e Helen, e houve um consenso.
Registro a presença da Vice-Presidente, Vereadora Patrícia Bezerra.
Então se o Secretário não pode vir porque está de licença médica e há o consenso de estarem no mesmo dia, sugeriria ao nobre Vereador Celso Giannazi, já que está marcado e confirmado para o dia 08, a presença do Secretário e do Sr. Marcelo Takano, na semana que vem, como já tem uma audiência pública solicitada pelo nobre Vereador Celso Giannazi, nós manteríamos a audiência pública do Bilhete Único.
Está, inclusive, acertado com as entidades, já estão convidadas para vir debater o assunto importante do Bilhete Único, requerimento do Vereador Celso Giannazi.
O SR. CELSO GIANNAZI – Sra. Presidente, como o representante do Sindicato falou, eu temo que chegue no dia 08 de maio e aconteça algum imprevisto como já aconteceu. A Câmara Municipal está dando um sinal muito ruim para a sociedade porque é uma desmoralização desta Comissão. Nós convocamos, houve um esvaziamento desta Comissão no convite feito ao Secretário e isso pode acontecer novamente no dia 08. E vamos empurrar mais para frente, até quando vamos suportar isso.
Então é muito importante que a Câmara Municipal se dê ao respeito. Todas as comissões da Casa merecem respeito e os convites e convocações têm de ser cumpridos, senão desmoralizamos a Casa como um todo.
A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Já está claro que o Secretário virá no dia 08, também o Presidente do Sindicato, o representante do SAMU, e o Sr. Marcelo Takano deverá vir junto com o Secretário.
Agora vamos passar para a pauta de votação desta audiência pública, referente aos projetos de lei dos Vereadores. E daqui a pouco ouviremos o representante do SAMU, o Presidente – que ainda não vi – do Sindsep e o representante do Hospital São Luiz Gonzaga.
Passemos ao primeiro item: PL 252/2017, Vereador Ricardo Teixeira, dispõe sobre a oferta de armários para a guarda de material escolar aos alunos da rede municipal. Relatora, Vereadora Noemi Nonato, do PR. Audiência não realizada. Não havendo oradores inscritos, encerrada a audiência.
Item 2: PL 324/2017, Vereador Jair Tatto e Vereadora Sâmia Bomfim, institui o Bilhete Único Infantil referente ao transporte público de crianças com idade entre três meses e cinco anos, no Município de São Paulo. Aberta audiência pública ao PL 324/2017. Não havendo oradores inscritos, encerrada a audiência.
Item 3: PL 413/2017, Vereador Reis, dispõe sobre a obrigatoriedade de ações sócio-educativas nas escolas da rede pública municipal de ensino, visando afirmar a importância da garantia da igualdade de oportunidades no trabalho e na sociedade para as mulheres. Relatora, Vereadora Juliana Cardoso. Aberta audiência pública ao PL 413/2017. Não havendo oradores inscritos, encerrada a audiência.
Pela ordem, Vereadora Patrícia Bezerra.
A SRA. PATRÍCIA BEZERRA – Só queria de alguma forma assegurar o direito de fala a Sabrina, representando o CMDCA, que está aqui na Mesa com a gente, inclusive deixar consignado que, a qualquer momento, ela pode fazer uso da palavra para discorrer a respeito de algum PL que ache interessante fazer alguma consideração a respeito.
A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Acho muito importante. Inclusive, eu também havia sugerido a ela, à Sabrina, de falar no momento oportuno.
Agora, passamos para o PL 429/17, da Vereadora Rute Costa, do PSD, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de medidas de informação e distribuição da caderneta de saúde da criança para parturientes nos hospitais da rede privada do Município de São Paulo". Relatora Vereadora Juliana Cardoso.
Declaro aberta a audiência pública do PL 429/17. Em discussão. Há oradores inscritos? (Pausa) Não havendo oradores inscritos, declaro realizada a audiência pública.
Declaro aberta a audiência pública do PL 502/17, do Vereador Ricardo Teixeira, do PROS, que "dispõe sobre a proibição de participação de crianças e adolescentes em bailes *funk*, e dá outras providências". Relatora Vereadora Noemi Nonato. Em discussão. Há oradores inscritos? (Pausa) Não havendo oradores inscritos, declaro realizada a audiência pública.
Declaro aberta a audiência pública do PL 726/17, dos Vereadores Ota e Jair Tatto, que "torna obrigatória, em todos os supermercados e congêneres, a adaptação de 5% dos carrinhos de compras às crianças com deficiência ou mobilidade

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

reduzida". Relatora Vereadora Juliana Cardoso. Em discussão. Há oradores inscritos? (Pausa) Não havendo oradores inscritos, declaro realizada a audiência pública.
Declaro aberta a audiência pública do PL 51/18, do Vereador Rinaldi Digilio, que "dispõe sobre a inclusão em locais de frequência infantil placa referente à denúncia de crime de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes". Relatora Vereadora Juliana Cardoso. Em discussão. Há oradores inscritos?
Tem a palavra a nobre Vereadora Patrícia Bezerra.
A SRA. PATRÍCIA BEZERRA – Sra. Presidente, só para deixar registrado que se trata de vício de iniciativa, que já tem um projeto tramitando na Casa de outros autores inclusive. Eu também já tinha um PL como este e o retirei porque já é lei federal essa matéria.
A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Então, retiramos da pauta esse projeto, mediante os argumentos da Vereadora Patrícia Bezerra.
A SRA. PATRÍCIA BEZERRA – É. Aí fica até um questionamento da questão da CCJ, porque eu acho que, às vezes, a Comissão de Constituição e Justiça deixa passar por lá projetos que não vão prosperar. Eu acho que existe... A coisa da camaradagem entre os colegas tem de ter, também, um limite, porque já há lei federal que trata a respeito dessa questão. Então, é vício de iniciativa e não deveria nem ter passado pela CCJ, Sra. Presidente.
A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Vamos verificar esse projeto com a Vereadora Patrícia Bezerra.
Não havendo mais oradores inscritos, declaro realizada a audiência pública relativa ao PL 51/18.
Declaro aberta a audiência pública do PL 176/18, do Vereador Jair Tatto, que "dispõe sobre a fixação de cartazes em estacionamentos públicos e privados alertando sobre o abandono involuntário de menores no interior dos veículos na cidade de São Paulo". Relatora Vereadora Juliana Cardoso. Em discussão. Há oradores inscritos? (Pausa) Não havendo oradores inscritos, declaro realizada a segunda audiência pública.
Declaro aberta a audiência pública do Projeto 598, de 2017, do Vereador Mario Covas Neto, do Podemos, que dispõe sobre o fornecimento de leite sem lactose para crianças no Programa Leve Leite. Relatora: Vereadora Juliana Cardoso. Em discussão. Não havendo mais oradores inscritos, declaro realizada audiência pública relativa ao Projeto 598, de 2017.
Assim, esgotamos a pauta.
Agora, quero saber se a Sra. Sabrina gostaria de falar. Darei a palavra para a Sra. Sabrina, que vem representando, aqui, hoje, o CMDCA.
A SRA. SABRINA RIBEIRO CARVALHO – Boa tarde a todos. Na verdade, todos esses projetos de lei que envolvem crianças e adolescentes são de extrema importância e, com certeza, são muito bem cuidados, também, pelo CMDCA. Então, toda vez que recebemos, também, os projetos de lei, todos eles são analisados com bastante cuidado e com bastante carinho, até, porque nós estamos falando de criança e adolescente. Então, de certa forma, tudo isso vai contar com a nossa contribuição e, prosperando, obviamente, nós falaremos mais a respeito, sobre esses projetos de lei.
A SRA. PATRÍCIA BEZERRA – Pela ordem, Sra. Presidente.
A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Pela ordem, tem a palavra a nobre Vereadora Patrícia Bezerra.
A SRA. PATRÍCIA BEZERRA – Eu só quero fazer uma consideração a respeito do PL 502, de proibição de participação de crianças e adolescentes em bailes *funk*. Eu entendo, até, a questão da relevância da matéria, da preocupação que existe por trás desse PL, por conta daquilo que hoje vemos acontecendo nos bailes *funk*, inclusive, violação de direitos, mas eu acho que é muito mais desafiador e apropriado, nos dias de hoje, tirar a questão da proibição, a questão da repressão. Já vemos que não funciona mais. Já houve um tempo de repressões no País – que esperamos, inclusive, que não volte mais.
Porém, ressignificar o baile *funk* dá muito mais trabalho e às vezes temos muita dificuldade com isso. Na questão do baile *funk*, têm de ser ressignificadas as letras das músicas do *funk*. Na verdade, fazem apologia à violência contra a mulher. Objetificam a mulher. Tratam a mulher como uma coisa a ser usufruída, e não com respeito à mulher, à menina. Não se fala a respeito de educação sexual para essas meninas que estão frequentando o baile *funk*. Não temos investimento massivo nisso, na prevenção da gravidez indesejada, por exemplo, ou, então, em palestras, em rodas de conversa. Então, vale muito mais, em vez de proibir – porque a proibição tem um caráter muito repressivo e o *funk* é, sim, uma manifestação cultural legítima –, ressignificar as letras do *funk*.
Concursos culturais contemplariam esse papel, de se investir em que se concentre nas letras uma denúncia social, e não a apologia ao sexo ou à objetificação da mulher, mas, se fizéssemos essa ressignificação, acho que teríamos outra reação na população periférica. Teríamos uma adesão muito grande a programas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez indesejada. Também seríamos um celeiro de manifestação cultural de excelente qualidade, porque o ritmo do *funk* é muito interessante. Aliás, ele é contagiante. O que precisamos é colocar nesse ritmo uma letra apropriada, que não seja vulgar, que não seja de desqualificação, que não tire a mulher do lugar de protagonismo, mas que dê a ela um protagonismo digno daquilo que ela representa nos dias de hoje.
Então, eu só quero fazer essa ressalva com relação a esse termo, "proibição", porque acho que a proibição não cabe mais nos nossos dias, Sra. Presidente. (Palmas)
A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Está registrado o depoimento da Vereadora Patrícia Bezerra. Agora, vamos ouvir as pessoas que estão inscritas. Já tínhamos nominado três pessoas. Tem a palavra o Sr. Carlos Eduardo de Paula, que está representando os funcionários do SAMU. (Palmas)
O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA – Boa tarde a todos. Boa tarde, nobres Vereadores da Mesa. É com extrema ansiedade que venho a esta tribuna representar a nossa categoria e reitero as palmas para nós, porque merecemos. (Palmas) E para os nossos colaboradores que se encontram, também, em atividade, representando a quantidade legal de servidores que deveriam estar em atividade.
O Município de São Paulo conta com 122 ambulâncias qualificadas, segundo o Ministério da Saúde. São 122 ambulâncias, que deveriam estar rodando 24 horas por dia. Então, o Município de São Paulo já está em greve faz muito tempo. Está bem? Nessa condição, considerando todo o estrago que a Portaria 190 vem trazendo, isso só está se agravando. Cada vez que ficamos empurrando essa audiência mais para frente, são mais pessoas que estão tendo prejuízo – e a responsabilidade não

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

está nas costas dos servidores do SAMU. (Palmas) Está nas costas de quem está sentado aqui.
O Sr. Secretário precisar tomar uma decisão sobre o que quer. Ele quer ser Secretário da Saúde? Então, que venha e faça o papel dele, porque está muito difícil. (Palmas) Se o Prefeito, que determinou que ele estivesse lá, entende que o servidor dele não está atendendo, então, que ele venha aqui e faça essa fala. (Palmas) Pelo amor de Deus, precisamos de resposta!
Na primeira vez em que eu vim aqui, eu vim franzido, de cabeça baixa, mas não dá para ser desse jeito, mais. A população está saindo em prejuízo. As pessoas vão morrer. As pessoas vão morrer por conta de uma questão de organização, de cunho pessoal, de uma pessoa que tem poder, que se chama Marcelo Takano, que está sendo embasado pelo Prefeito e pelo Secretário, para fazer tudo isso. (Palmas)
E a população descarrega em nós, do SAMU. Fala que nós somos incompetentes, que não chegamos no horário, que não fazemos as coisas. E não é verdade, gente. A dissolução do SIV, a destruição da organização pessoal das vidas das pessoas, tudo isso tem uma repercussão muito complicada. O funcionário não consegue trabalhar adequadamente e a população, no contexto, acaba sendo prejudicada. Prejudica-se a assistência. Tiram-se os pontos de melhor localização para prestar uma assistência mais rápida. Ontem, ouvimos um colaborador falando com muito brilhantismo que antes ele rodava 60 km e fazia 10 ocorrências. Agora, ele roda 120 e faz cinco. Por quê? Por causa da má localização em que foi colocado o ponto de atenção, que acham que está muito adequado.
Como vocês viram na mídia, não tem condição. Qual é a dificuldade de perceber que esses pontos que foram colocados não têm condição de permanecer lá? É questão de a Vigilância Sanitária chegar lá e interditar esse lugar, para tirar essa equipe de lá e colocar em um lugar onde haja a condição. (Palmas) Assim como deveria ter interditado o HSPM, também, que já passou do ponto. Então, daqui a pouco, não vai ser mais uma questão de querer reanimar o nosso serviço. Vai ser uma questão de conduzir e realmente fazer o velório, junto com ele, de toda a população.
Eu respeito o tema do pessoal, aí, do Transporte, e tudo mais. Respeito. Entretanto, temos prioridade. Saúde tem prioridade. Estamos falando de primeiro-socorro. Para você usar vale-transporte, você tem de estar vivo e, se você não tiver o SAMU para atender, não vai rolar. (Palmas)
Agradeço a oportunidade. Inclusive, conversamos ontem e sua pessoa fez aquela sugestão de adiantar para agora, quarta-feira que vem, essa reunião – e contamos com a sua palavra, que disse que seria na quarta-feira que vem.
A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Mas, aí, foi o Secretário que fez uma pequena cirurgia e vai ficar 10 dias fora. É claro que eu insisti, mas ele não pode vir.
O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA – Então, precisamos que se chame o Prefeito. Precisamos do Prefeito, gente?
- Manifestação do público.
O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA – Não dá. Daqui a um ano e meio, há eleições. É isso? Acho que é, não é? Então, talvez precisemos nos lembrar dessas questões.
População que está nos assistindo, por favor, nós precisamos de vocês. Precisamos dessa força, para fazer com que as pessoas nos ouçam. Isto, aqui, vai repercutir quando vocês ligarem para o 192 e falarem que não tem ambulância. Lembrem-se de que é culpa de todos. Não é culpa nossa, só, dos que estão aqui, não. Está bem?
Muito obrigado. (Palmas)
A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Quero registrar a presença da nobre Vereadora Juliana Cardoso.
Agora, vamos chamar o Presidente do Sindsep, que é o Sr. Sergio Antiqueira. (Palmas)
O SR. SERGIO RICARDO ANTIQUEIRA – Obrigado, Vereadora. Boa tarde, Vereadoras e Vereadores, senhoras e senhores. Eu acho que esta é mais uma oportunidade que nós temos, aqui, na Câmara, de trazer o problema do SAMU, um problema que não é dos trabalhadores, não é do sindicato, não é do Governo. É da Cidade que os Vereadores representam. Foram eleitos e devem satisfação a esta Comissão. É tão importante, isso!
Não dá para esperar até o dia 8 de maio. O problema é de ontem. O problema é de anteontem. É da semana passada. Não foi por falta de aviso, porque os trabalhadores acompanharam o tempo todo o sindicato nas interlocuções a que tiveram oportunidade. Diálogo não houve. Os trabalhadores informaram e avisaram o que eles estavam pretendendo, o que eles queriam fazer. Tentaram na reestruturação da Saúde e não deu certo.
Agora, vieram com esse pacote, aí, do dia 22, com essa Portaria 190, que não é descentralização. É desmonte do SAMU. (Palmas) Há que se deixar isso muito claro para a população. O desmonte, se vinha aos poucos, agora é para se consolidar. É desmonte, porque já não há equipe suficiente para 122 ambulâncias e eles pegaram e diluíram essas 122... Acho que eram, no máximo, 80 equipes as que se conseguia ter. Diluíram as equipes de uma forma que não funciona, porque não há concurso público, e a nossa preocupação é que por trás disso esteja o interesse de entregar também isso para as OSs – que sabemos muito bem o que são. (Palmas) A cidade de São Paulo, aliás, mereceria, como aconteceu na Alesp, que viesse desta Casa uma CPI das Organizações Sociais, para vermos como é usado o dinheiro da população. (Palmas)
Os casos – os descasos – que estão acontecendo agora com os trabalhadores e com a população nessa mudança das bases... Porque o Governo afirmou para nós que o problema era o TCM. Até agora, não se confirmou nenhuma orientação do TCM para entregar as bases e eles entregaram as bases no ano passado, porque já tinham o interesse de desmontar o serviço do SAMU. Isso precisa ficar muito claro. Tem de ser desmentido. Ele não disse isso publicamente porque disse em reuniões conosco. É ou não é? O Dr. Edson disse isso para nós. O Takano disse isso para nós e estamos aqui para dizer... Eu peço aos Vereadores que conversem com o TCM e verifiquem se há algum impedimento de utilização das bases que estavam sendo utilizadas e que foram desmontadas – algumas, entregues para escola de samba. (Palmas)
É importante que sejamos gravados e fique registrado que não estamos falando só das condições de trabalho, mas estamos falando da falta total de condições de trabalho. São locais absurdos, pequenos, confinados, que são garantia de doença, na certa, para esses trabalhadores. Ou seja, há problemas futuros, mas há problemas imediatos. Há problemas imediatos quando as pessoas não têm condições sequer de higienização das ambulâncias. Como é o termo que se utiliza para os materiais?
- Manifestação do público.
O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA – Precisam ser desinfetados. Está-se colocando a população em risco.
O tempo de espera, o tempo-resposta, está aumentando. A proposta era para diminuir. É mentira. É para aumentar. Por isso, a

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

assembleia decidiu ontem que vai continuar paralisada nessas 72 horas. (Palmas) Porque o Sr. Secretário, na reunião de segunda-feira, não deu resposta suficiente no documento que entregou para nós, ontem de manhã. Pretende-se ter uma comissão, mas os trabalhadores são responsáveis. Eles entendem que têm de fazer uma comissão, sim. Nós vamos fazer uma comissão e eu quero propor aqui, até para amanhã colocarmos em pauta na assembleia: nós vamos fazer comissão dos trabalhadores, para visitar base por base, com ou sem o Governo. (Palmas) Porque nós vamos montar um relatório para mostrar que aquilo de que estamos falando – que, no discurso do Governo, é exceção – é a regra, a regra do desmonte. Vamos olhar a questão das ambulâncias. Vamos olhar a questão dos espaços. Vamos olhar a questão das condições do trabalhador e a questão dos plantões a que eles foram submetidos, mexendo com a vida das pessoas, alterando condições das próprias famílias das pessoas. Isso mexe, sempre com o maior descaso, porque esse é o trato que eles dão para a população e para os trabalhadores.

Então, companheiros e companheiras, o que nós temos aqui é grito de socorro: salvem o SAMU! A cidade de São Paulo tem a obrigação de salvar o SAMU, porque esse projeto de desmonte é o modelo do projeto nacional, que quer acabar com o SUS e quer acabar com o SAMU. Viva o SAMU! Salvem o SAMU! O SAMU salva vidas. Vamos salvar o SAMU. (Palmas)

O SR. CELSO GIANNAZI – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Antes de o Vereador Celso Giannazi falar, eu quero deixar aqui registrado que o Sindsep e o SAMU terão sempre a palavra, onde nós estivermos.

Agora, preciso me retirar, porque eu tenho de ir para a Comissão de Educação. Ok? Então, eu vou passar a Presidência para a nobre Vereadora Patrícia Bezerra.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Vai falar. S.Exa. vai continuar.

Eu gostaria de chamar a Sra. Berenice Giannella, que é a Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Por favor...

- Assume a presidência a Sra. Patrícia Bezerra.

O SR. CELSO GIANNAZI – Estou com a palavra? É uma pena que a Presidente Edir Sales está saindo, porque ontem os trabalhadores tiveram a oportunidade de falar no Colégio de Líderes. Foi muito bonito. Todo mundo se manifestou pró-SAMU, mas está faltando efetividade nessas falas, concretude de empurrarmos... Há um projeto, aqui, o PDL 16. Empurrar, para sustar essa portaria... Então, nós cobramos isso, Presidente Patrícia Bezerra. Que todos os Vereadores que se manifestaram lá favoravelmente... Todo mundo se manifesta. Todo mundo defende o SAMU publicamente, mas falta efetividade nas ações. Então, cobramos isso.

Cobro também a interpretação, porque nós vimos aqui... Nós falamos, já, do Corpo de Bombeiros, do convênio do Corpo de Bombeiros. O Governador João Doria e o Prefeito Bruno Covas se sentaram, conversaram e foi feita a revisão. Deixou o contrato, o convênio com que a Prefeitura ia parar de pagar o Corpo de Bombeiros, injustamente, porque o Corpo de Bombeiros é um serviço essencial, também, para a cidade de São Paulo. Vai ser mantido, justamente mantido.

Agora, falta o Prefeito Bruno Covas se sentar de novo com o Governador João Doria, do mesmo partido, e cobrar a parte que o Governo do Estado não passa para o SAMU. (Palmas) Saiu publicado, já, e é isso que está, também, favorecendo esse desmonte. É um dos argumentos. O Secretário Edson Aparecido, na reunião que nós tivemos com ele, falou que um dos motivos é esse, a falta de repasse do Governo estadual. Ora, se o Município de São Paulo está passando a parte do Corpo de Bombeiros, é justo e legítimo que se passe, também, a parte do Governo do Estado para o SAMU.

Completo, também, dizendo que a reunião da nossa audiência, do próximo dia 24, na semana que vem, está marcado para o Bilhete Único, de minha autoria. E a gente remarca a do o SAMU.

As entidades relacionadas com o Bilhete Único estão conectadas com o movimento do SAMU, do Marginal Segura também, que está sendo destruída. Então elas entendem também essa urgência do assunto SAMU na cidade de São Paulo, e a gente pede para que seja adiado o Bilhete Único e que o SAMU fique para o dia 24. Então, esta data está à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu queria ter falado com a Presidente Edir Sales porque, de fato, estou muito preocupada com a condição da Comissão de Saúde. É de nós um bom tempo, e a senhora já participou, já foi Presidenta e conduziu com muita sabedoria, inclusive colocando o diálogo entre os partidos que são de oposição, e faz parte; e quando a gente está no governo, faz parte vocês serem oposição. Mas, em nenhum momento, de toda essa nossa caminhada, nunca teve um desserviço como estamos vendo acontecer nesta Comissão. Falo isso porque, na última reunião, foi acordado aqui – e todos estavam presentes -, eu fui pegar inclusive o vídeo para ver se eu estava equivocada. Mas, não. A Comissão foi pensada para que a gente faça um diálogo na próxima quarta-feira com o SAMU, a chamada com Secretário, um convite - nem foi uma convocação – para a audiência, através do requerimento do Vereador Giannazi, e eu tive o cuidado de pedir um convite para que a gente pudesse dialogar sobre esse assunto.

E, na semana, mudam as coisas, e nos é apenas informado. Até a senhora, quando era Presidente, quando tinha alguma dificuldade, a senhora ligava para o autor do requerimento ou para as pessoas que a senhora sabia que estão acompanhando esse assunto para dizer: "Olha, estou com tal dificuldade e não está na minha mão fazer isso". E, sabidamente, fazia as articulações: "Olha, o Secretário não tem agenda, ou que ele está de novo de licença". Então se pensava em outro caminho.

Agora deixa a gente numa situação de saia justa, porque não esse tipo de ação na Comissão. Então eu fico preocupada porque, em todos os momentos que a gente vai fazer vistoria, vai todo mundo; nas caminhadas, a gente chega a visualizar com todos os Secretários tanto do governo, quanto da oposição, para sentar com os Secretários para poder resolver determinados assuntos. E eu tinha orgulho, sinceramente, por fazer parte de uma Comissão que tem vários partidos, e de achar uma solução. Assim, dentro do orçamento, ou dentro da Secretaria, de dizer: "A Comissão de Saúde encaminhou isso aqui".

Isso, para mim, é democracia; isso é um saber público de que, independentemente dos seus lados ou da sua ideologia, você faz a caminhada para ver as pessoas que estão ali, independentemente se votaram em você, ou não, porque a gente tem a corresponsabilidade de administrar uma cidade com 12 milhões de habitantes, com um orçamento maior, porque faz parte do nosso trabalho. Eu sou paga para isso, sou paga por vocês.

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

Então, Sra. presidenta, eu não consigo trabalhar assim, tenho até um limite, e hoje já foi a gota d'água. Não tem condição de a gente combinar algumas coisas aqui na nossa Comissão e, no meio do caminho, isso mudar; ou não ter o mínimo respeito de a Assessoria ligar – nem precisa um Vereador ligar - mas que nos ligue a Assessoria da Presidência, ou que dialogue com a Assessoria da Comissão para poder dialogar com os Vereadores.
O que não dá é a gente colocar uma venda e não querer enxergar o que está acontecendo com o SAMU. Volto a dizer, nobre Vereadora Patrícia, que o problema não é de recurso, o problema não é de uma articulação, ou uma imposição que queira fazer, é de diálogo de abertura do Takano, não do Secretário. (Aplausos)
Pessoal, não estou falando aqui pelo microfone para ser aplaudida, não é isso, estou querendo colocar uma relação real, porque vejo que o Secretário, de fato, tem uma abertura. Na segunda-feira, ele novamente com a Comissão; e, a partir daí, as coisas começaram a clarear sobre o que eles estavam falando: "A gente pode ir até aqui". E nesta Comissão vai ficar de fora mais uma vez, por falta de condições de uma caminhada que poderia ser construída junto com a Comissão e com todos os Vereadores.
Portanto, eu acho que a gente precisa fazer um combinado, de todos nós, até porque esta Comissão trabalha muito em conjunto. Se continuar da forma como está, é muito ruim. Aí a gente terá que fazer de outra forma, que não é a que sempre estou acostumada, pois costumo sempre dialogar aqui, respeitosamente, com todos os Vereadores.
Obrigada. (Palmas)
A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Nobre Vereadora Juliana, eu ouvi com muito respeito a sua fala, porque eu respeito a senhora o seu trabalho. Acredito que não é o intuito da Presidente Edir Sales de dificultar a situação. Eu acho que, como ela está assumindo a presidência da Comissão agora, ela está acostumada com o ritmo de outras Comissões. Mas eu acredito que ela tenha boa vontade e que, se a gente fizer uma reunião com ela, nós todos da Comissão de Saúde, para a gente definir como que a gente quer que sejam os procedimentos da Comissão; a gente tem o nosso grupo também para isso, então se a gente puder se articular ali, eu acredito que ela irá acatar o que for melhor para todo mundo. Mesmo porque a gente tá trabalhando na premissa, que eu sempre falo: a oposição tem o trabalho dela e precisa ser feito.
Vocês são representantes de um grupo, de um nicho da população, que conta com vocês para determinada finalidade. Então a participação democrática, em qualquer Comissão, pressupõe que a pessoa que está divergindo se manifeste, seja escutada, com manifestação respeitosa, sem xingamento, sem personificação da crítica, enfim. É para isso que a gente constrói um país democrático.
Então, como Vice-Presidente da Comissão, eu vou passar para ela o que a senhora trouxe, para que a gente entre em um consenso e comece a ter um cronograma de atividades, para que eles também possam se organizar, já que todo mundo tem seu horário de trabalho, tem seus compromissos, suas competências, e não dá para ficar toda hora também falando "Agora vem, agora não vem". É muito complicado.
Portanto, nobre Vereadora Juliana, o meu compromisso de levar isso para Presidente Edir Sales para que a gente, de alguma forma, se organize, nem que seja necessário fazer uma reunião nesse meio tempo, para que a gente se organize e que fique bom para todo mundo, para que a gente tenha uma Comissão de Saúde atuante, como ela sempre foi.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Só mais um detalhe, eu queria incluir nessa nossa visita de amanhã, que a Comissão de organização do Sindicato do SAMU esteja junto. Porque não adianta vir só a Secretaria, pois já sei a versão dela; eu quero ouvir a versão dos trabalhadores.
A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Eu só queria salientar para vocês o seguinte: como bem disse a Vereadora Juliana Cardoso, o Secretário está disposto sim ao diálogo, também disposto a ter medidas eficientes e eficazes contra servidores que não estejam trabalhando bem: a exemplo do que aconteceu no Hospital do Servidor, onde teve uma intervenção que foi mal feita, que a pessoa não procedeu como deveria e foi exonerada.
Então, ele não está fazendo grossa para alguém que esteja trabalhando mal. Nós vamos chamar aqui o representante, o Sr. Takano, que vai ser ouvido; vamos também tá fazer a interlocução entre vocês, para levar o pleito de vocês, dizendo da insatisfação de vocês em relação ao funcionamento do SAMU e à execução desse gestor. Vamos levar tudo isso ao Secretário, discutir isso, pois ninguém aqui está defendendo a permanência de quem não cumpre o seu papel institucional. E eu acredito que o Secretário Edson Aparecido vai ouvir, avaliar e tomar a decisão que seja necessária, inclusive enérgica, se for necessária a exoneração.
Tenho certeza do compromisso dele com a prestação de serviço do SAMU. Não tenho dúvida em relação ao trabalho do Secretário Edson Aparecido.
Vou passar a palavra ao Sr. Lúcio Neves.
O SR. LÚCIO NEVES - Boa tarde a todos. Sou Conselheiro da zona Norte, de algumas unidades de saúde. O que vim trazer aqui é um problema que houve ontem, uma negligência do São Luiz Gonzaga, onde chegou um rapa com fratura exposta no dedo, às 7h da manhã, e às 3h horas da tarde ele estava no PS 21 de Junho, que é o nosso Hospital das Clínicas na Freguesia do Ó.
Então, essa é a questão: temos que tomar providência, porque temos um hospital para mandar para o pronto-socorro. Fora outras situações que também estão acontecendo lá. Convido a Comissão de Saúde a fazer uma visita, porque, assim como a Vereadora Juliana falou, eu também fico decepcionado porque há muitos anos eu frequentei esta Casa, na Comissão de Saúde, que de três mandatos para cá não está agindo de acordo.
A gente vinha aqui fazer as reivindicações e, na outra semana, eles estavam lá com a gente na unidade para resolver o problema, por várias vezes. Agora nós não tem mais ocorrido isso. Tenho ouvido várias reclamações aqui, mas só hoje consegui fazer o uso da palavra, então solicito a Comissão de Saúde que esteja lá para ver: é um pronto-socorro isolado, o PS 21 de Junho, e peço a atenção da Comissão de Saúde para aquele lugar.
Nós temos a referência e contra referência, nós temos o hospital do Estado que não funciona com a questão da referência e contra referência, pois estamos perdendo vidas lá por ser um pronto-socorro isolado, portanto temos que ter atenção. Então eu convido a Comissão de Saúde a estar com a gente lá. Essa questão do SAMU, eu gostaria que essa visita que vocês farão

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

amanhã lá também, de surpresa, que seja no Hora Certa da Vila Brasilândia, da unidade da pretinha, que assim vocês verão que jogaram o pessoal do SAMU ao lado do centro cirúrgico, não colocaram, simplesmente jogaram.
Agora sobre o Sr. Takano, de falar com ele, acho que quem deveria estar aqui resolvendo essa situação é o Prefeito. Estou vindo aqui já, várias vezes, tenho visto o pessoal do SAMU aqui se manifestando, e nada de resposta para eles
Não sou funcionário do SAMU, eu não ganho de ninguém, eu sou apenas Conselheiro de saúde. Eu vejo essa situação. Compramos essa briga, pois jogaram o pessoal lá, então eu gostaria que fizesse essa visita. E a vigilância sanitária, eu não sei por que não tomou uma atitude ainda dessa questão. Esse é o problema.
Eu gostaria que a gente fosse atendido na zona Norte; no geral, resolver a questão do SAMU, e espero receber um telefonema, que já mandei inclusive documentos para a Comissão de Saúde solicitando essa visita. E antes nós tínhamos essa atenção aqui.
A Vereadora Juliana, várias vezes, foi lá, junto com a Vereadora Sandra Tadeu, e resolveu um problema nosso. E agora as coisas não estão andando nesta Comissão, está desgastante. E lá na ponta o pessoal fala: "Puxa, mas não tem Conselheiro mais. Por quê?" Porque a gente não está conseguindo resolver as coisas, porque vem aqui e sai de mão abanada: uma hora, não tem quórum, uma hora não sei o quê, outra hora não dá para fazer o uso da palavra. Então fica difícil, gente.
Peço essa atenção para nós lá, porque eu não sei qual é outro caminho. E essa questão do SAMU já passou do tempo de resolver. Isso é um desaforo. Se não estão respeitando nem o pessoal do SAMU.
Espero que amanhã uma das visitas seja no centro cirúrgico, para vocês verem como jogaram o pessoal do SAMU lá, com toda negligência.
Muito obrigado. (Palmas)
A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada. Tem a palavra a Secretária Berenice Giannella, que está aqui representando a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.
A SRA. BERENICE GIANNELLA - Boa tarde a todos, Vereadora Patrícia, na presidência da Comissão; Vereadora Juliana Cardoso, Vereador Natalini, Vereador Celso Giannazi; Sra. Sabrina, Conselheira do CMDCA.
Como hoje tinha na pauta alguns projetos referentes à criança e adolescente, vim só fazer algumas breves considerações. Agradeço o convite que me foi formulado.
Existe um projeto de lei do Vereador Rinaldi Digilio, PL 51/18, que fala sobre a divulgação do serviço disque-denúncia de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em alguns estabelecimentos. Acho a medida superimportante, porque toda divulgação de telefones e locais de denúncia são sempre importantes, porque é importante que as pessoas conheçam o Disque 100, o Disque 181, para poder fazer as denúncias de violência contra criança e adolescente. Mas eu só tenho um reparo a fazer no artigo 5º, quando fala que os valores arrecadados através das multas serão aplicados em programas de prevenção à pedofilia. E eu acho que seria melhor, se fosse aplicado em programas de prevenção à violência sexual contra criança e adolescente, ou seja, um programa mais amplo que não envolvesse só a questão da pedofilia, mas também de quaisquer outros tipos de violência sexual.
Existe outro projeto de lei 502/17, do Vereador Ricardo Teixeira, da proibição da participação de crianças e adolescentes em bailes funk. Eu tenho dúvidas sobre a legalidade e condicionalidade dessa iniciativa. O Estatuto da Criança e do Adolescente já tem o dispositivo que o Juiz pode utilizar, em casos de proibição de comparecimento, mas acho que uma medida assim não resolve o problema que a gente tem com os bailes funks. Em outro dia, posso voltar aqui e a gente pode conversar um pouco sobre essa questão da participação dos jovens, da leitura que nós temos na Secretaria com relação a esses problemas. Mas, além de ter dúvida sobre a legalidade e constitucionalidade do projeto, se isso seria uma iniciativa que valeria a pena.
O meu último comentário é sobre o projeto de lei 413 /17, do Vereador Reis, sobre a realização de ações nas escolas da rede municipal com relação à igualdade de oportunidades no trabalho e na sociedade para as mulheres. Acho o projeto superimportante, mas, talvez, se ele se ele tivesse uma abrangência maior de falar do respeito às mulheres e a todas as outras populações que são discriminadas, porque muitas vezes os casos de bullying acontecem na escola pela opção sexual do aluno, ou porque ele é negro, enfim. Então, talvez, se o projeto de lei abrangesse toda essa população, ele seria mais efetivo.
Eram as considerações que eu queria fazer a respeito dos projetos.
Com relação ao leite sem lactose, eu acho ótimo, porque eu tenho intolerância à lactose, e realmente não é fácil. Então tem muita criança que tem, a gente sabe que tem muita criança que passa mal mesmo, e que, às vezes, demora para descobrir. Então acho muito importante que se pense nessa questão de saúde da criança.
Eram essas as considerações. Se alguém quiser fazer algum questionamento, eu está estou aqui à disposição.
A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Secretária, pelo desprendimento, pela disponibilidade de vir aqui e fazer essas considerações *in loco*. A senhora, na verdade, abrilhante, e de alguma forma, legitima as questões que já levantamos num debate prévio.
Queria só fazer uma ressalva.
- Manifestação fora do microfone.
Você quer falar alguma coisa?
- Manifestação fora do microfone.
O SR. CELSO GIANNAZI – Pela ordem, Sra. Presidente.
A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Pela ordem, Vereador Celso Giannazi.
O SR. CELSO GIANNAZI – Nós já conversamos. Só gostaria de deixar consignado para que, ouvidos os trabalhadores, os representantes dos trabalhadores, nós fechemos questão da semana que vem, termos esse convite e a convocação.
A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Reunião ordinária, né?
O SR. CELSO GIANNAZI – Na reunião ordinária. E semana que vem, dia 24, eu vou fazer um requerimento passando a audiência do Bilhete Único, que é de minha autoria, para a outra semana, mais para a frente, e disponibilizar essa data para que, de fato, semana que vem seja mantida a convocação do Sr. Takano e o convite ao Secretário Edson Aparecido. Quero deixar bem consignado aqui. (Palmas)
ASRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Nenhum problema. Já está anotado. Só queria fazer a ressalva, Vereador Celso

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

Giannazi, que o seu requerimento é de um convite dentro da reunião ordinária, então não se tratará de uma audiência pública. Isso não é problema nenhum, porque nós, desde a audiência da minha legislatura como presidente, sempre abrirmos quando traz um convidado nas reuniões ordinárias para as pessoas falarem, para ter uma participação. Então tem um formato que não tem, na verdade, regimentalmente, o valor de uma audiência pública – diga-se valor por conta do regimento –, mas é conferida a palavra, as pessoas participam da mesma forma, porque mudamos um pouquinho o formato. Damos uma quebradinha no Regimento, mas mudamos o formato do funcionamento da reunião ordinária. Então acredito que isso será mantido na próxima reunião. Eu mesma me encarrego também de falar com a Presidente, para termos essa garantir de conferir a palavra às pessoas que estarão aqui. E vocês podem contar que o Secretário estará aqui. E vamos também fazer com que o Sr. Marcelo Takano esteja presente para responder todos os questionamentos, todos os levantamentos que devem ser endereçados a ele, em primeiro lugar.

Não havendo mais nada a ser tratado...

Pela ordem, a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu só queria saber: amanhã, vamos sair daqui em qual horário para a vistoria?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Na verdade, o horário de estar lá na vistoria, se não me engano, é dez horas.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Como eu não sei o endereço, nós vamos sair daqui...?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – A gente passa o endereço no grupo. É mais fácil, não é?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Acho que a Secretaria passa um email. E daí a gente fala no grupo. Eu vou direto, porque eu vou de outra agenda, inclusive, então eu não vou sair daqui.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu tinha solicitado, Presidenta, que incluíssemos nessa nossa visita o sindicato e o trabalhador, para poder ir junto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Não tem nenhum problema.

Assim que tivermos os endereços, vamos divulgar. E daí vocês também podem participar da visita.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Presidente.

O SR. CELSO GIANNAZI – Antes de encerrar, gostaria de agradecer essa postura democrática que a Presidente sempre tem nas nossas reuniões. E só de pedir. Nós temos representantes do SAMU, dos médicos, para relatarem alguns problemas que estão acontecendo. São três minutos, só para relatar o problema médico. O Dr. Laelcio poder relatar o que tem acontecido. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Por favor, Dr. Laelcio.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sra. Presidente, queria agradecer a Secretária Berenice, de Direitos Humanos, porque é difícil vir secretário para falar sobre a relação de projeto de lei. Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Por isso que é muito bom essa junção da pauta por tema, fazer audiências temáticas, porque daí podemos ter a presença dos secretário da área afim, para ter essa contribuição, que é melhor ainda para seguirmos e encaminharmos os projetos.

Por favor, o senhor tem três minutos.

O SR. LAELCIO – Nós temos denunciado todos os erros disso que tem acontecido nesse projeto que se seguiu a essa Emenda 190. E a todo momento estamos denunciando, e não estamos sendo ouvidos pela Prefeitura de São Paulo. É muito estranho isso, porque não temos sido ouvidos. São erros em cima de erros. Hoje, pela manhã, teve uma ambulância que quebrou e a outra, de suporte avançado, que não pôde sair, quando tinha um chamado de uma parada cardíaca, porque ninguém achava onde estava a chave do portão onde estava guardada essa ambulância. Alguém deixou de ser assistido por causa disso. É uma desorganização total. Toda a estrutura hierárquica do SAMU está caindo. Esse projeto está desmoronando o atendimento pré-hospitalar da cidade de São Paulo, e esta Casa fica olhando isso acontecer? (Pausa)

E eu gostaria de aproveitar a aproveitar a presença da Sra. Secretária de Cidadania e Direitos Humanos, que falou sobre a questão do leite, sobre a questão da violência, da bulimia: existe violência maior do que deixar pessoas morrerem, e a Prefeitura, da qual a senhora faz parte, está ignorando essa desassistência que está sendo trazida para a cidade de São Paulo. Se a senhora é a Secretária da Cidadania e dos Direitos Humanos, o maior dos direitos humanos é o direito é à vida, Secretária. E eu gostaria de ouvir a sua palavra a respeito disso. Nós não estamos brincando aqui. (Palmas) A senhora não está vendo ninguém aqui brigar por salário, ninguém brigar por previdência, estamos brigando por direito à vida. E eu gostaria de ouvir a sua posição. Como a senhora vem aqui falar de leite? É ótimo falar de leite, de intolerância à lactose, mas tem gente morrendo, Secretária, e a senhora faz parte desse governo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Esse não é o papel da Secretaria hoje. Ela não vai falar.

O SR. LAELCIO – Mas isso aqui é direito humano.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Não, ela não vai falar. Ela veio para uma audiência pública com a pauta de criança e adolescente. É da vida? Não é da alçada dela. A parte da questão que vocês estão trazendo é de Secretaria Municipal de Saúde.

O SR. LAELCIO – Isso é cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Então não envolva a Secretária de Direitos Humanos nisso. Não, não é competência da pasta da Dra. Berenice a questão da gestão do SAMU.

O SR. LAELCIO – Mas ela é cidadã.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Não, você não vai comprometer a Secretária nessa fala.

O SR. LAELCIO – Eu estou colocando...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Não, ela não vai falar. Ela não vai falar. Ele vai concluir. O senhor tem três minutos. Já usou mais do que dois. Então, por favor, conclua.

O SR. LAELCIO – Eu vou concluir.

Não precisa falar, Secretária. A senhora pode se abster. Mas a mensagem está colocada aqui. As pessoas vão morrer, estão morrendo, e essa Prefeitura, essa gestão, é responsável por isso.

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Olha, se vocês vão entrar nesse mérito, nós vamos trazer o comparativo da legislatura passada, do governo passado. A gente não vai ideologizar vida e nem tampouco a morte.

O SR. LAELCIO – Não é ideologizar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – É, sim, senhor.

Gente, eu não me assusto com palavra de ordem, eu não me assusto com intimidação. Eu também sou psicóloga, eu também quero discutir vida, eu estou discutindo vida. O Secretário vem aqui discutir vida, vem discutir gestão.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Já concluiu. O tempo dele já se esgotou.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Pela ordem, Vereador Juliana Cardoso.

O SR. LAELCIO – Concluindo, 80 mil pessoas deixaram de ser atendidas em casos graves pelo SAMU por conta dessa atual gestão que está desmanchando o SAMU.

Muito obrigado. (Palmas)

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Eu vou chamar a GCM.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pessoal, só um minutinho.

- Manifestação do público.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pessoal, por favor, só um minutinho. Só um minutinho!

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Eu não tenho vergonha. Eu faço o meu trabalho. Eu estou aqui defendendo o sistema, como vocês defendem.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sérgio, só um minuto, por favor.

A primeira coisa, Patrícia, Presidenta que está aqui: a gente precisar entender esse processo. Aqui ninguém está ideologizando nada. Aliás, o SAMU, para você ter uma ideia, é a primeira vez que eles fazem greve. Essas pessoas que estão aqui, se você quer ideologizar, provavelmente não votaram no PT. Então o que é precisamos é colocar os pingos nos "is". Aqui, eles estão fazendo uma luta que é uma luta que eles...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Nós já fizemos os encaminhamentos, Vereadora. Na semana que vem, o Secretário estará aqui e o Diretor do SAMU estará aqui. E amanhã nós iremos fazer a visita.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Ok, ótimo, isso está resolvido.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Estamos trabalhando pelo mesmo objetivo.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Deixa eu só terminar. Eu posso só terminar o meu pensamento?

É só para compreender que aqui não é uma questão de ideologia, é uma questão de luta. Eles não estão aqui nem pelo salário, eles estão aqui por condições de trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Ninguém aqui está de lado diferente, Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – É que quando você fala "estão aqui para ideologizar", você está tendendo a colocar um lado que não é... O que você está querendo dizer é assim: que as pessoas têm lado, são do PT, são da outra gestão. Foi isso que você colocou. Não, não são. Inclusive, na gestão da qual eu fiz parte, que era do Prefeito Fernando Haddad, eles também tiveram dificuldades. Então vamos colocar o pinto no "i".

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Então não vem de agora, já vem de um longo processo. Só para consignar.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu nenhum momento, eu disse aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Não, não foi você que falou, Vereadora; não foi você que falou.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Em nenhum momento falaram sobre gestão A e B. Eles estão dizendo, agora, que, neste momento, está tendo uma dificuldade nesta gestão. Se começar assim, sair daí para frente, nós continuamos. Quarta-feira, o Secretário vai estar aqui, o Takano vai estar aqui, e vamos conseguir encaminhar da melhor forma possível.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Já estão feitos os encaminhamentos. Semana que vem, estaremos aqui com a presença do Secretário de Saúde, do Diretor do SAMU, o Sr. Takano. Teremos até segunda-feira uma reunião nossa para deliberar a respeito do encaminhamento das questões, inclusive do SAMU, que o Secretário já tinha tratado com a Presidente Edir Sales. E iremos, amanhã, a dois pontos de atendimento para fazer uma diligência. Então os encaminhamentos estão sendo dados.

O SR. CELSO GIANNAZI – Só complementando.

De fato, como o problema do SAMU é grave, não é de hoje que vem acontecendo. E o problema da saúde, todo paulistano também, é gravíssimo e é de décadas; são muitos anos seguidos de descaso com a saúde pública no Município de São Paulo. E com isso não podemos concordar, a Câmara Municipal não pode ser conivente com isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Não discordo do senhor.

Então não havendo mais nada a ser tratado, declarado encerrados os nossos trabalhos. E, na semana do dia 24, teremos uma reunião ordinária com a presença do Secretário Municipal de Saúde, Sr. Edson Aparecido, e do Diretor do SAMU, o Sr. Marcelo Takano.

Tenham todos uma boa tarde.

Segue(m) para juntada(s) rubricada(s) 25-26 folha(s) para informação sob nº
Em 17/6/19 Camila B. Breitenvieser RF.: 11.387

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

Folha nº 25 do
Processo nº 01-413/20
Camila Barrero Breitenvies
-12

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: EDIR SALES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12/06/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187334

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher declaro abertos os trabalhos da 8ª audiência, do ano de 2019, convocada para hoje, dia 12 de junho de 2019. Presentes os Vereadores Gilberto Natalini e Edir Sales.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br, *link* Auditórios On-Line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral, no portal da Câmara Municipal de São Paulo, *link* atividade legislativa, audiências públicas, registro escrito.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 11 de junho de 2019 e foi veiculada no Jornal *O Estado de S.Paulo*, no dia 10 de junho de 2019 e no Jornal *Folha de S.Paulo,* no dia 11 de junho de 2019.

As pessoas que quiserem fazer uso da palavra deverão inscrever-se a partir de agora na Secretaria da Comissão. Cada orador terá três minutos para se manifestar.

Esta audiência pública foi convocada para debater projetos de lei que estão sob análise desta Comissão.

Foram convidados a participar representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil, mais especificamente da Secretaria Municipal da Saúde; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Centro de Apoio Operacional de Infância e Juventude e do Idoso do Ministério Público do Estado de São Paulo; Superintendência do Serviço Funerário; Grande Conselho Municipal do Idoso; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Por enquanto nenhum órgão registrou a presença.

Passemos agora aos itens da pauta. Primeiramente os projetos em primeira audiência pública.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 269/2018, do Vereador Aurélio Nomura, do PSDB, que dispõe sobre a concessão de desconto no IPTU dos imóveis onde residam idosos com idade superior a 80 anos. Relatora, Vereadora Patrícia Bezerra.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada a audiência pública relativa a esse projeto de lei.

Declaro aberta audiência pública ao PL 321/2018, do Vereador Aurélio Nomura, que dispõe sobre o sepultamento de animais domésticos que tenham sido cremados em cemitérios do Município de São Paulo. Relatora: Vereadora Patrícia Bezerra.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada a audiência pública relativa a esse projeto de lei.

Declaro aberta audiência pública ao PL 322/2018, do Vereador Aurélio Nomura, que estabelece o controle na comercialização de ácidos a pessoas físicas nos estabelecimentos localizados no Município de São Paulo. Relator: Vereador Milton Ferreira.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada Audiência Pública relativa a esse projeto de lei.

Passemos, agora, aos projetos em segunda audiência pública.

Declaro aberta audiência pública ao PL 75/2011, do Vereador Souza Santos, que dispõe sobre o Programa de Orientação e de Prevenção de Acidentes Domésticos com Crianças, no âmbito do Município de São Paulo.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada audiência pública relativa a esse projeto de lei.

Declaro aberta audiência pública ao PL 698/2015, do Vereador Reis, que altera a Lei nº 11.123, de 1991, que dispõe sobre as eleições para o Conselho Tutelar no Município de São Paulo. Relatora: Vereadora Noemi Nonato.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada audiência pública relativa a esse projeto de lei.

Declaro aberta audiência pública ao PL 215/2017, do Vereador João Jorge, que institui

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.
Folha nº 28 do
Processo nº 01 - 413/2017 fls. 39
Camila Barrero Breitenvieser

o Sistema Paulistano de Classificação de Estabelecimentos de Alimentação. Relator: Vereador Milton Ferreira.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada audiência pública relativa a esse projeto de lei.

Declaro aberta audiência pública ao PL 252/2017, do Vereador Ricardo Teixeira, que dispõe sobre a oferta de armários para a guarda de material escolar aos alunos da Rede Pública Municipal.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada audiência pública relativa a esse projeto de lei.

Declaro aberta audiência pública ao PL 413/2017, do Vereador Reis, que dispõe sobre a obrigatoriedade de ações socioeducativas nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino no Município de São Paulo, visando afirmar a importância da garantia da igualdade de oportunidades, no trabalho e na sociedade, para as mulheres. Relatora: Vereadora Juliana Cardoso.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada audiência pública relativa a esse projeto de lei.

Declaro aberta audiência pública ao PL 429/2017, da Vereadora Rute Costa, que dispõe sobre a obrigatoriedade de medidas de informação e distribuição da Caderneta de Saúde da Criança, para parturientes nos hospitais da rede privada do Município de São Paulo. Relatora: Vereadora Juliana Cardoso.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada audiência pública relativa a esse projeto de lei.

Declaro aberta audiência pública ao PL 502/2017, do Vereador Ricardo Teixeira, que dispõe sobre a proibição de participação de crianças e adolescentes em bailes *funk*. Relatora: Vereadora Noemi Nonato.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada audiência pública relativa a esse projeto de lei.

Declaro aberta audiência pública ao PL 745/2017, do Vereador Aurélio Nomura, que cria o Programa Intergeracional de Convivência Criança-Idoso nas Escolas de Educação Infantil do Município de São Paulo, altera a Lei nº 12.270, de 19 de dezembro de 1996, que cria o Abrigo para Idosos do Município de São Paulo, e a Lei nº 16.343, de 4 de janeiro de 2016.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada audiência pública relativa a esse projeto de lei.

Declaro aberta audiência pública ao PL 77/2018, da Vereadora Rute Costa, que institui, nas escolas da rede pública e privada de ensino no âmbito municipal, atividades que tenham por objetivo transmitir aos alunos informações sobre as consequências do uso de drogas lícitas e ilícitas.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada audiência pública relativa a esse projeto de lei.

Declaro aberta audiência pública ao PL 176/2018, do Vereador Jair Tatto, que dispõe sobre a fixação de cartazes nos estacionamentos públicos e privados, alertando sobre o abandono involuntário de menores no interior dos veículos na cidade de São Paulo.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada audiência pública relativa a esse projeto de lei.

Declaro aberta audiência pública ao PL 180/2018, do Vereador Jair Tatto, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cartazes em açougues e comércios do ramo, informando a procedência dos produtos que estão sendo comercializados. Relatora: Vereadora Juliana Cardoso.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada audiência pública relativa a esse projeto de lei.

Declaro aberta audiência pública ao PL 377/2018, do Vereador Aurélio Nomura, que dispõe sobre a vedação à utilização de luvas de vinil, plásticas ou látex descartáveis para a manipulação de alimentos nos restaurantes, bares e similares. Relator: Vereador Milton

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

Ferreira.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Declaro realizada audiência pública relativa a esse projeto de lei.

Gostaria de saber do Vereador Gilberto Natalini se tem alguma consideração, porque estamos, já, no encerramento.

O SR. GILBERTO NATALINI – Sra. Presidente, eu não tenho consideração sobre os projetos, que são o objetivo da nossa reunião.

Só quero informar a V.Exa. e aos demais presentes que, em uma reunião ordinária, eu vou apresentar um requerimento para que a Comissão de Saúde possa exercer o papel de mediadora da articulação política entre a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde.

Junto ao Sr. Ministro e ao Sr. Secretário, poderemos melhorar o aporte de recursos federal e estadual, para ajudar o Município de São Paulo a custear os gastos com o Sistema Único de Saúde, porque o Município, sozinho, não vai conseguir. É muita responsabilidade e não há dinheiro para que o Município, sozinho, consiga atender toda a demanda que existe em São Paulo.

Então, só quero comunicar isso a V.Exa. e à assessoria da Comissão. Na próxima reunião ordinária, eu vou apresentar esse requerimento.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – A solicitação de V.Exa. e a observação de V.Exa. são muito importantes, realmente, para a Saúde Pública da cidade de São Paulo. A Comissão se sente engajada, com V.Exa., nessa luta. Estamos juntos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta Audiência Pública. Agradeço a presença de todos que dela participaram. Obrigada.

Segue(m) juntado(s) documento(s) rubricado(s) sob nº 27 folha(s) para informação sob nº
Em 19/6/19 Camila B. Breitenviesser RF.: 11.387

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=187834.

autuado por Hugo Zanoni Harbs em 24/06/2019 13:30:38.

Folha nº 27 do
Processo nº 01-413/2017
Camila Barrero Breitenviesser
RF. 11.387 - SGP-12

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PARECER Nº 1038/2019 DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 413/2017

O presente projeto de lei, de autoria do nobre vereador Reis, dispõe sobre a obrigatoriedade de ações socioeducativas nas escolas da rede pública municipal de ensino no município de São Paulo, visando afirmar a importância da garantia da igualdade de oportunidades, no trabalho e na sociedade, para as mulheres.

O projeto pretende tornar obrigatória nas escolas municipais ações socioeducativas que visem afirmar a importância da garantia da igualdade de oportunidades, no trabalho e na sociedade, para as mulheres. Segundo consta no texto do projeto, as ações tem por objetivo sensibilizar as crianças e adolescentes sobre a igualdade de gênero, promover o combate à discriminação contra a mulher através da leitura de textos, informativos, cartazes, peças teatrais, palestras, dinâmicas e etc.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela **legalidade na forma de substitutivo** apresentado a fim de adequar a redação do projeto à técnica legislativa.

A Comissão de Asministração Pública exarou parecer **favorável** ao projeto de lei.

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no âmbito de sua competência, emitiu **parecer favorável na forma de substitutivo** com o intuito de garantir a independência entre os Poderes e autorizar o Executivo a executar as ações previstas.

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, no âmbito de sua competência, entende que a propositura é meritória e deve prosperar, eis que visa proporcionar, em particular, ao público docente da rede municipal de educação, e ao mesmo tempo ao público que circula nos estabelecimentos escolares, informações relativas a desigualdade crônica entre os gêneros feminino e masculino estão caracterizados e alocados em nossa sociedade de maneira que propiciem a reflexão sobre a constante discriminação sofrida pela mulher cotidianamente. Portanto, **favorável é o parecer na forma do substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.**

Sala da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, em 19/06/19.

EDIR SALES
Presidente

CELSO GIANNAZI

JULIANA CARDOSO
Relatora

NOEMI NONATO

GILBERTO NATALINI

MILTON FERREIRA

PATRÍCIA BEZERRA

PL nº 413/2017

Relatório 1285/2019

Matéria PL 413/2017. Documento digitalizado e autenticado por HUGO ZANONI HARBS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=1187834